

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS - ARQUIVO MUNICIPAL

1- IDENTIFICAÇÃO

Código de referência: PT/AMLGS/ACLS

Título: Fundo da Administração do Concelho de Lagos (1837-1938)

Datas: 1837-1938

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 6,48 metros lineares correspondentes a 274 unidades em suporte papel (251 livros, 1 maço, 19 caixas, 3 capilhas)

Entidade produtora: Administração do Concelho de Lagos (ACLS)

Entidade detentora: Câmara Municipal de Lagos (CMLS)

2- ÂMBITO E CONTEÚDO

O fundo reúne a documentação produzida, recebida e mantida pela Administração do Concelho de Lagos, entre 1837 e 1938.

O fundo está organizado de acordo com a seguinte classificação:

- SC – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (PT/AMLGS/ACLS/01)
 - SSC – Expediente - correspondência recebida (PT/AMLGS/ACLS/01.1)
 - SSC – Expediente - correspondência expedida (PT/AMLGS/ACLS/01.2)
 - SSC – Editais (PT/AMLGS/ACLS/01.3)
- SC – CORPOS E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS (PT/AMLGS/ACLS/02)
- SC – COMISSÕES (PT/AMLGS/ACLS/03)
- SC – BENS E RENDIMENTOS (PT/AMLGS/ACLS/04)
 - SSC – Testamentos (PT/AMLGS/ACLS/04.1)
 - SSC – Cóngrua paroquial (PT/AMLGS/ACLS/04.2)
 - SSC – Emolumentos (PT/AMLGS/ACLS/04.3)
 - SSC – Instituições de Piedade e beneficência (PT/AMLGS/ACLS/04.4)
 - SSC – Transportes (PT/AMLGS/ACLS/04.5)
- SC – CONTROLO SANITÁRIO E ASSISTÊNCIA (PT/AMLGS/ACLS/05)
- SC – AUTORIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA (PT/AMLGS/ACLS/06)
- SC – RECENSEAMENTO MILITAR (PT/AMLGS/ACLS/07)
- SC – LICENCIAMENTOS (PT/AMLGS/ACLS/08)
- SC – IDONEIDADE E IDENTIDADE (PT/AMLGS/ACLS/09)

De seguida são identificadas as subsecções (SSC) e as séries (SR), documentos simples (DS) e documentos compostos (DC) que integram as secções (SC):

SC – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (PT/AMLGS/ACLS/01)

Âmbito e conteúdo: Esta secção reúne documentação relativa ao controlo administrativo e comunicados de ordem oficial, integrando as séries de correspondência e editais.

SSC – Expediente - correspondência recebida (PT/AMLGS/ACLS/01.1)

SR – Registo da correspondência recebida (1871-1881)

SR – Correspondência recebida, circulares e editais (1928-1937)

SR – Correspondência recebida e circulares do Governo Civil de Faro (1937)

DC – Livro de registo de documentos avulsos da Administração do Concelho (1927-1934)

SSC – Expediente - correspondência expedida (PT/AMLGS/ACLS/01.2)

SR – Copiadores de correspondência expedida (1871-1937)

SR – Copiadores de telegramas (1887-1927)

SSC – Editais (PT/AMLGS/ACLS/01.3)

SR – Copiadores de Editais (1888). Nota: 3 editais com preenchimento de 4 fls.

DC – Livro de registo de editais passados e mandados afixar pela Administração do Concelho (1921-1929)

SC – CORPOS E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS (PT/AMLGS/ACLS/02)

Âmbito e conteúdo: Esta secção integra a documentação produzida e reunida no âmbito do controlo do corpo de funcionários administrativos, no que respeita a tomada de posse e juramento, alvarás de regedores, cabos de polícia e comissões.

SR – Livros de termos de posse (1884-1928)

SR – Livros de termos de juramento e posse (1884-1933)

DC – Livro de termos e juramento de posse dos regedores e substitutos das freguesias (1906-1933)

DC – Livro de registo de alvarás de regedores e cabos de polícia (1926-1977)

DC – Livro de termos de posse e declarações de honra dos regedores efetivos, substitutos e cabos de polícia (1933-1966)

DC – Registo de diplomas e estatutos (1885-1926)

DC – Registo de diplomas (1914-1957)

SC – COMISSÕES (PT/AMLGS/ACLS/03)

Âmbito e conteúdo: Esta secção integra a documentação relativa à atividade exercida pela Administração do Concelho na Comissão Permanente de Inspeção e na Comissão de Auxílio aos Desempregados.

DC – Livro de Atas da Comissão Permanente da Inspeção a que se refere o Decreto 9660 de 9 de maio de 1924 (1924-1926)

DC – Livro de Atas da Comissão de Auxílio aos Desempregados (1932). Nota: 2 atas com preenchimento de 2 fólios

SC – BENS E RENDIMENTOS (PT/AMLGS/ACLS/04)

Âmbito e conteúdo: Esta secção reúne as séries relativas ao controlo de bens e rendimentos, integrando documentação respeitante aos testamentos, cóngrua paroquial, recebimento de emolumentos, controlo de bens e contas de instituições de piedade e beneficência e transportes.

SSC – Testamentos (PT/AMLGS/ACLS/ 04.1)

SR – Índice do concelho de Lagos (1837-1843)

SR – Registo de testamentos do concelho de Lagos (1837-1935)

SR – Publicação do concelho de Lagos (1843-1848), (1868-1935)

SR – Autos de tomada de contas (1898-1899)

SR – Legados pios (1899-1905)

SSC – Cóngrua paroquial (PT/AMLGS/ACLS/ 04.2)

SR – Livro de Atas da Junta das Cóngruas (1888-1910)

SR – Rol do lançamento da derrama para a cóngrua do pároco da freguesia de Santa Maria (1889-1894)

SR – Rol do lançamento da derrama para a cóngrua do pároco da freguesia de São Sebastião (1892-1894)

DS – Relação dos nomes dos devedores de cóngruas referentes à freguesia de Vila do Bispo (1895-1896)

DS – Rol do lançamento dos prémios devidos ao pároco da freguesia de Bensafrim (1895-1896)

DS – Rol do lançamento dos prémios da freguesia de Odiáxere (1896-1897)

DS – Rol do lançamento da cóngrua a prémios da freguesia da Raposeira (1896-1897)

SSC – Emolumentos (PT/AMLGS/ACLS/ 04.3)

DC – Guias de emolumentos recebidos (1925-1928)

SR – Registo dos emolumentos recebidos na Administração do Concelho (tabela aprovada por Lei de 23 de agosto de 1887; Decreto 14812 de 31 de dezembro de 1927)

SSC – Instituições de Piedade e beneficência (PT/AMLGS/ACLGS/ 04.4)

DC – Inventário das Alfaias e Bens da Fábrica de S. Sebastião de Lagos (1880)

DC – Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora da Glória ereta na Igreja Paroquial de S. Sebastião da Cidade de Lagos (15 de junho de 1872)

DC – Cópia dos Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de Santa Maria de Lagos (20 de maio de 1880)

DC – Cópia dos Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Sebastião de Lagos (30 de maio de 188-)

DC – Estatutos da Misericórdia da cidade de Lagos (30 outubro 1912)

Nota – Para a documentação relativa às instituições de piedade e beneficência deve também ser contactado o Centro de Documentação do Museu Municipal de Lagos.

SSC – Transportes (PT/AMLGS/ACLGS/ 04.5)

SR – Registo dos carros de transporte do concelho de Lagos (1914-1937)

SR – Registo de veículos, [s.d;1936-1938]

SC – CONTROLO SANITÁRIO E ASSISTÊNCIA (PT/AMLGS/ACLGS/05)

Âmbito e conteúdo: Esta secção reúne as séries e documentos relativos ao controlo sanitário e à assistência social.

DC – Instruções profilática sobre os meios preventivos a adotar contra a *Cholera-Morbus* (25 de julho de 1885; 11 de agosto)

DC – Inspeção sanitária das meretrizes existentes no concelho (1887)

DC – Caderno para informações médicas sobre o estado sanitário do concelho (1888)

DC - Livro para se registarem todas as pessoas que foram vacinadas neste Concelho (1871 – 1880)

DC – Livro para nele se tomarem a rol todas as mulheres solteiras ou viúvas e das casadas separadas dos maridos, que se acharem grávidas (1866-1881)

SR – Livros de registo das mulheres toleradas do concelho de Lagos (1881-1886; 1899-1904; 1906-1926)

DC – Caderno de despesas com os presos pobres da cadeia civil da cidade de Lagos (1886-1887)

SR - Livro de lançamento dos Autos de apresentação de Expostos (1879-1924)

Nota – Para a documentação relativa aos Expostos deve também ser consultado o Fundo da Câmara Municipal de Lagos.

SC – AUTORIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA (PT/AMLGS/ACLS/06)

Âmbito e conteúdo: Esta secção reúne documentação respeitante às funções policiais e de segurança que competiam à Administração do Concelho de Lagos. Integra séries constituídas por editais e autos de notícia, mandados, participações policiais e controlo de movimento de cidadãos estrangeiros.

SR – Editais e autos de notícia (1870-1882)

SR – Editais e mandados (1886-1927)

SR – Livros de participações e queixas do concelho de Lagos (1908-1918)

DC – Livro de registo de bilhetes de residência de estrangeiros (1897-1972)

DC – Livro de registo de achados de cousas perdidas (1922-1948). Nota: 2 fólios preenchidos

SC – RECENSEAMENTO MILITAR (PT/AMLGS/ACLS/07)

DC – Livro de termos de idoneidade e de identidade dos mancebos que pretendem entrar no serviço do exército e da armada (1890-1930)

SR – Livro de Registo de Recenseamento Militar aos 17 Anos (1912-1937)

SR – Livro de Registo de Recenseamento Militar aos 20 Anos (1912-1937)

SC – LICENCIAMENTOS (PT/AMLGS/ACLS/08)

DC – Livro de registo das licenças policiais concedidas (1933-1937)

DC – Livro de registo das licenças requeridas à Administração do Concelho (1909-1921)

SR – Registo de licenças de uso e porte de armas de defesa (1921-1925; 1930-1936)

SR – Registo de licenças de uso e porte de armas de caça (1925-1926; 1930-1938)

SC – IDONEIDADE E IDENTIDADE (PT/AMLGS/ACLS/09)

DC – Livro de termos de idoneidade e de identidade (1888-1890)

3- ACESSO E DE REPRODUÇÃO

O direito de acesso aos documentos compreende os direitos de consulta, reprodução e informação sobre existência e conteúdo. O acesso é regulado pela legislação em vigor, o Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico; Lei de Acesso aos Documentos Administrativos; Lei de Proteção de Dados Pessoais; Regulamento do Arquivo Municipal de Lagos.

A consulta de documentação é realizada mediante requisição e agendamento prévio através do seguinte endereço eletrónico: expediente.geral@cm-lagos.pt

4- HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O cargo de Administrador do Concelho foi criado por Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo Decreto de 18 de Julho 1835, vindo substituir o cargo de Provedor.

O primeiro Administrador do Concelho de Lagos foi António Pedro Barahona, segundo officio do Governador Civil de 20 de fevereiro de 1836, mencionado em Ata de 23 de fevereiro de 1836 (*Livro de Atas de reunião da Câmara Municipal de Lagos (1834-1837)*. Liv. 7. Fólio 92).

Apesar das alterações de competências do cargo de Administrador do Concelho ao longo do tempo, estiveram inerentes a funções de fiscalização, informação e inspeção. De acordo com os artigos 124^o a 129^o do Código Administrativo de 1836, o Administrador do Concelho deveria de obedecer ao Governador Civil.

Enquanto autoridade pública do concelho, tinha o dever de manter a ordem pública, fazer respeitar e executar as ordens transmitidas pelo Governo civil, dar o provimento do necessário para o apoio às tropas militares, ao recrutamento do exército e alistamento da Guarda Nacional, registo e cobrança de contribuições diretas, policiamento, controlo da mendicidade, zelar pelos costumes e pela moral pública, inspeção das escolas públicas, emissão de passaportes, fiscalização de leis, posturas municipais e medidas sanitárias.

Com a reforma introduzida pela Lei de 29 de Outubro de 1840, há um reforço da autoridade do Administrador do Concelho, acentuando-se uma centralização do poder. Para estar à frente de cada concelho era nomeado um Administrador pelo Governo. Em cada concelho havia uma Câmara Municipal eleita pela assembleia dos eleitores municipais. O número de vereadores variava consoante o número de fogos do concelho. O

presidente da câmara seria o vereador que tivesse obtido maior número de votos. Os mandatos tinham a duração de dois anos conforme o previsto no artigo 47.º do Código Administrativo de 1842. Este Código Administrativo veio acrescentar competências quanto ao controlo dos bens e rendimentos da Fazenda Pública, registo de testamentos, administração dos expostos e registo de hipotecas: o Administrador do Concelho ficava encarregue da vigilância e inspeção de apresentação de estabelecimentos de piedade, beneficência e ensino público, incluindo as contas dos Legados Pios, Irmandades, Confrarias, Misericórdias e Hospitais.

O Código Administrativo de 6 de maio de 1878 enumera as competências do Administrador do Concelho nas seguintes vertentes: encarregado da execução das leis e regulamentos da administração pública; superintendência das irmandades, misericórdias, confrarias, hospitais e quaisquer outros estabelecimentos de piedade e de beneficência, bem como dos estabelecimentos de instrução e educação; autoridade policial. No artigo 201.º deste Código, é estipulado que no caso de ausência ou impedimento do Administrador do Concelho, enquanto o Governo Civil não nomeasse quem o substituísse, o cargo era assumido pelo Presidente da Câmara.

Em 5 de outubro de 1910, com a implementação da República, o decreto-lei de 13 de outubro de 1910 repôs provisoriamente em vigor o Código Administrativo de 1878. A 1.ª República manteve a mesma divisão administrativa territorial no distrito, no topo o Governador Civil como delegado e representante do Governo, este por sua vez elegia o Administrador do Concelho e este último o Regedor da Paróquia.

A partir de 1924 o cargo de Administrador do Concelho passa a ser exercido mediante o consentimento do governo e de acordo com os governadores civis.

Em 1926 foram extintas as administrações dos concelhos sedes de distrito, à exceção de Lisboa e Porto. As administrações dos restantes concelhos foram extintas pelo decreto n.º 14812 de 31 de dezembro de 1927. Contudo, a figura do Administrador do Concelho manteve-se até à publicação do Código Administrativo de 1936. As suas funções são extintas definitivamente pelo decreto n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936. Contudo, alguns Administradores continuaram a assegurar as competências do cargo por mais algum tempo. Terá sido o caso do Administrador do Concelho de Lagos, José Nobre da Veiga.

Com a extinção do cargo, as competências do Administrador do Concelho foram transferidas para o Presidente de Câmara que passou a ser responsável pela Administração municipal.

O último Administrador do Concelho de Lagos foi José Nobre da Veiga. O último ofício assinado pelo mesmo data de 31 de dezembro de 1937 (AMLGS/ACLGS - *Copiadores de correspondência expedida (1871-1937)* - Liv. 25).

Sucintamente, as competências do Administrador do Concelho foram:

- Dirigir os trabalhos públicos dentro dos limites do concelho;
- Implementar as ordens e instruções do Governador Civil;
- Fornecer ao Governo Civil informação sobre o lançamento da décima;
- Esclarecer sobre deliberações e posturas da Câmara;
- Fiscalizar as cobranças e contribuições diretas e pesos e medidas;
- Intender a polícia pública, supervisionando e vigiando os assuntos que digam respeito à mesma;
- Acautelar os bons costumes e a moral pública;
- Proteger os cidadãos contra excessos e abusos de autoridade;
- Garantir o recrutamento e alistamento militar;
- Garantir o recenseamento da população;
- Providenciar o fornecimento de bestas e meios de transporte de militares;
- Emitir e visar passaportes, emitir termos de residência;
- Inspeccionar escolas públicas e privadas;
- Inspeccionar prisões, casas de detenção, correção e casas públicas;
- Proteger as indústrias e as artes - manter a ordem no exercício dos cultos, festas e espetáculos;
- Executar leis e regulamentos sobre licenças de uso de armas;
- Fazer cumprir as leis e regulamentos relativos a mendigos, vadios e vagabundos;
- Providenciar as medidas sanitárias;
- Garantir a redação e guarda dos livros de registo civil, nomeadamente nascimentos, casamentos e óbitos;
- Inspeccionar as casas públicas de comestíveis, de bebidas, medicamentos e boticas.

5 - HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Após a extinção do cargo de Administrador do Concelho, a documentação existente produzida pela Administração do Concelho de Lagos terá permanecido no edifício dos Antigos Paços do Concelho (APC), localizado na Praça Gil Eanes (anteriormente designada de Praça do Cano).

Neste edifício estiveram instalados os Administradores do Concelho e funcionários afetos à administração pública, assim como as repartições e serviços da câmara municipal. No mesmo foram mantidos os arquivos dos referidos serviços até que nos anos oitenta do século XX, para realização de obras de beneficiação do edifício, os arquivos foram retirados para a execução das referidas obras. Alguma documentação foi também mantida na caixa forte da Biblioteca Municipal até que foi posteriormente reinstalada no edifício dos Antigos Paços do Concelho.

A documentação da Administração do Concelho encontrava-se integrada no fundo da Câmara Municipal de Lagos. Este inventário preliminar assegura a sua identificação autónoma.

A dispersão em que se encontrava, a sua importância para a história de Lagos e o desconhecimento sobre o mesmo por parte do público em geral, tornaram este trabalho obrigatório, para a salvaguarda e acesso deste importante fundo documental.

Na elaboração do plano de classificação optámos por uma estrutura que refletisse o contexto de produção e a ordem original, tendo resultado um plano de classificação funcional estruturado nas secções apresentadas no capítulo 2 (Âmbito e conteúdo). No plano de classificação foram também considerados documentos isolados.

Não foi localizado nenhum sistema de organização originalmente atribuído pelo organismo produtor.

Algumas unidades arquivísticas, apesar da cessação do cargo de Administrador do Concelho, tiveram continuidade assegurando o registo necessário aos atos ou competências que suportavam e que se mantiveram (exemplo: *Livro de registo de alvarás de regedores e cabos de polícia* utilizado até 1977).

6- FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Incorporação no fundo da Câmara Municipal decorrente da extinção das funções dos Administradores do Concelho, em data indeterminada.

7 - INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO CONSULTADOS

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - *Recenseamento dos Arquivos locais: Câmaras e Misericórdias*. Vol. 6 – Distrito de Faro. Inventário do Património cultural móvel. Março 1997.

CMLGS – António Carrilho – *Relação e mapeamento de unidades de instalação dos APC* [documento interno]. Lagos, outubro 2020.

8 - ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO

Notas do arquivista: organização e descrição do fundo elaborada por Marta Nogueira (Arquivista - Técnica superior do AMLGS) e Dora Matias (Assistente técnica do AMLGS) em maio de 2022, com consulta das seguintes fontes e bibliografia:

Fontes:

- AMLGS/CMLGS – *Livro de Atas de reunião da Câmara Municipal de Lagos, (1834-1837)*. Livro 7.
- AMLGS/ACLGS – *Série de copiadores de correspondência expedida (1871-1937)*. Liv. 25.

Legislação:

- Carta de Lei de 25 de Abril de 1835
- Decreto de 18 de Julho de 1835
- Carta de lei de 29 de Outubro de 1840
- Código Administrativo de 1842
- Código Administrativo 1878
- Decreto-lei de 13 de outubro de 1910
- Decreto n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936

Normas:

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD(G)* : *normas gerais internacionais de descrição em arquivo*. 2.^a edição. Lisboa: MC/TT, 2002.
- DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a descrição arquivística*. 3.^a v. Lisboa: DGARQ, 2011.

FICHA TÉCNICA

Arquivo Municipal de Lagos (AMLGS) - Inventário preliminar do Fundo da Administração do Concelho de Lagos (1837-1938). Lagos: CMLGS, 13 maio de 2022

Pelouro do Arquivo Municipal: Sandra Almada de Oliveira

Arquivo Municipal de Lagos (AMLGS): Marta Nogueira e Dora Matias (tratamento arquivístico); Luís Cláudio (coordenador do Arquivo Municipal).

Endereço eletrónico: expediente.geral@cm-lagos.pt